

## Introdução

A temática balizadora deste trabalho é cultura participativa dos grupos locais, em que a baixa participação, aliada à ineficiente regulação e fiscalização do poder público, colabora para a deflagração de mecanismos de degradação da qualidade ambiental e para a produção de ‘corpos doentes’. Assim, buscou-se investigar por que a apatia política chega a ofuscar e a enfraquecer a insurgência, em prol da qualidade de vida local.

A minha motivação para a construção desse trabalho é a vivência em Honório Gurgel, um bairro suburbano, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que foi uma antiga área de lavouras até o início do século XX, e que teve a sua paisagem transformada pelos ideais de modernização, através da urbanização potencializada pela chegada das estações ferroviárias e das indústrias.

Estar em uma região industrial legitimou a chegada de vários empreendimentos fabris, que fora resultado da relação entre projetos brasileiros e interesses privados nacionais e internacionais. Ocorre que, muitas vezes, os benefícios econômicos se dirigiram aos atores gestores dos projetos e aos representantes dessas indústrias, restando ao bairro o ônus da degradação ambiental pelo caráter poluidor das plantas produtivas, além de caracterizar-se pelos baixos índices de desenvolvimento humano, como demais bairros que possuem aspectos parecidos, em seu no entorno.

Hoje, o bairro está em uma das regiões alvo de planos para melhorias de infraestrutura e requalificação de espaços vazios e pouco aproveitados nas áreas industriais do Rio de Janeiro. Tais regiões estão localizadas em importantes vias de acesso e ao longo das linhas férreas, sendo um rearranjo fundamental para compreendermos a configuração espacial e os problemas do bairro.

Na atualidade, a escala nacional determinou mudanças necessárias em um dos serviços públicos básicos à população, que é a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos. A modernização do serviço não inclui apenas a coleta, o manejo e a disposição final, mas também ações articuladas entre todas as esferas políticas, agentes privados e demais setores da sociedade, uma vez que a política de

resíduos sólidos integra novas dinâmicas logísticas a questões ligadas à educação ambiental, que é a conscientização da população sobre a importância de práticas, como: a reciclagem e o reaproveitamento; e promoção social dos catadores de resíduos em sua cidadania e qualificação profissional em defesa de sua própria saúde.

As questões relacionadas aos resíduos sólidos passaram a receber maior atenção do poder público, inicialmente, com a rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável<sup>1</sup> na década de 1980. Porém, o seu fortalecimento ocorreu na década de 1990<sup>2</sup>, no Brasil, quando a discussão sobre os impactos do desenvolvimento nos ecossistemas e na saúde se popularizou. Na atualidade, a necessidade de mitigar a geração dos resíduos e modernizar toda a cadeia logística relacionada ao manejo, transporte e disposição final ganhou maior influência no país. (GOUVEIA, 2012)

A atual produção dos resíduos sólidos é composta por elementos tóxicos, oferecendo riscos aos ecossistemas e à saúde humana, em virtude das novas tecnologias incorporadas ao processo produtivo. Nesse sentido, o manejo adequado dos resíduos sólidos passou a ser pensado como caminho fundamental para a defesa da qualidade ambiental e da saúde.

Com a obrigatoriedade de encerramento das atividades no ‘Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho’ (AMJG), um novo espaço de deposição é definido com os aparatos técnicos capazes de aperfeiçoar a recepção e o tratamento dos resíduos.

A destinação final dos resíduos encaminhados para o AMJG foi direcionada para a Central de Tratamento de Resíduos Seropédica (CTR-Rio). A central viria acompanhada de todo um sistema tecnológico e logístico, capaz de suportar demandas ambientais, o que está em consonância com o novo modelo nacional de gestão, preconizado pela política de resíduos em vigência.

---

<sup>1</sup> O Relatório de Brundtland (1987) define ‘Desenvolvimento sustentável’ como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. O relatório é o resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) (BRUSEKE, 1994);

<sup>2</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92;

A Estação de Transferência de Resíduos (ETR) Ciclus Marechal Hermes, localizada no bairro de Coelho Neto<sup>3</sup>, iniciou suas atividades em 2012, recebendo resíduos sólidos urbanos, que incluem os resíduos domiciliares e os de limpeza urbana<sup>4</sup> (anexo1). A empresa surgiu como uma necessidade logística, de forma a atender à nova forma de gerir os resíduos no estado do Rio de Janeiro, que busca enquadramento no novo modelo de política de saneamento básico e ambiental: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O entendimento de que os fenômenos ligados a poluição não estão restritos à escala são uma das justificativas para o estudo dos impactos da Ciclus em Honório Gurgel, já que o empreendimento está localizado em Coelho Neto. Embora os gases poluentes e seus efeitos possam se concentrar em determinados lugares, estão presentes na atmosfera em seu conjunto (RODRIGUES, 1998).

Contudo, a localização dessa atividade muito próxima aos bairros residenciais como Honório Gurgel, tem causado sérios problemas à saúde da população, além da degradação e do desconforto ambiental, fatores esses que contribuem para a baixa qualidade de vida no bairro e entorno.

Moradores passaram a denunciar os transtornos que essa atividade tem causado no bairro, fazendo emergir tensão entre a população e o empreendimento. Mesmo assim, o empreendimento e o órgão público responsável por fiscalizar suas atividades não implementaram até hoje uma efetiva melhora no sistema de transporte e de manejo dos resíduos no local. A razão de os moradores não conseguirem reverter tal situação e pressionar os representantes da concessionária Ciclus, em defesa da sua qualidade de vida, reforça a minha motivação para produzir esse trabalho.

O presente trabalho tem como objeto “os limites dos grupos de resistência em exercer pressão política pela qualidade de vida dos seus lugares”. As tensões, anteriormente mencionadas e discutidas ao longo dessa exposição, nos levam a

---

<sup>3</sup> A ETR tem o nome Marechal Hermes, mas a localização espacial do empreendimento é o bairro de Coelho Neto;

<sup>4</sup> Contrato de concessão entre a COMLURB e a Julio Simões Logística, mais tarde chamada pela razão social ‘Saneamento e Energia Renovável do Brasil’ (SERB), com nome fantasia ‘Ciclus’. Primeiro contrato celebrado em 2003, renovado com o nome “Termo aditivo de concessão” em outubro de 2010;

perceber que existem limites enfrentados pelos grupos locais, na defesa do bem-estar ambiental e da saúde pública das famílias habitantes.

Assim, o objetivo geral é o entendimento dos aspectos limitantes dessa pressão política e de um possível diálogo entre o grupo que resiste, diante da consolidação da Estação de Transferência de Resíduos Ciclus na região.

Como parâmetros de ‘qualidade de vida’ serão observados os reflexos ambientais de sua atuação em Honório Gurgel (RJ) através do indicador “Ambiente”, que compõe um dos aspectos fundamentais para mensurar a sua existência ou ausência, de acordo com os princípios da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para a divisão de saúde mental da OMS (grupo whoqol- WHOQOL-100 e outros autores<sup>5</sup>), a qualidade de vida é uma noção de caráter polissêmico, porque inclui a subjetividade dos grupos sociais e suas culturas. Os modos de vida de diferentes grupos determinaram diretamente o que cada indivíduo e o coletivo reconhecerão como qualidade de vida. Contudo, existem aspectos que concernem às necessidades humanas básicas que devem ser considerados para efeito de mensuração como fatores indicadores dessa qualidade, como: emprego, níveis de violência no local de moradia de saneamento básico (MINAYO, 2000).

Os objetivos específicos buscam: (1) compreender o contexto logístico territorial da implantação do empreendimento Ciclus entre bairros residenciais, como: Honório Gurgel; (2) discutir os projetos políticos que legitimam a existência de Honório Gurgel; (3) entender quem são e quais mecanismos são utilizados pelos grupos de resistência local para denunciar problemas causados pela ETR; (4) analisar a percepção dos moradores sobre o poder de participação da população do bairro em relação ao empreendimento.

A justificativa do trabalho parte da necessidade de uma efetiva fiscalização e regulação dos serviços públicos, mesmo os concedidos à instância privada, por parte do Estado e pela necessidade do aumento de uma cultura participativa por

---

<sup>5</sup> Minayo (2000); Selene & Herculano (2000);

parte dos cidadãos, para que a sociedade civil possa também exercer papel fiscalizador sobre a qualidade da gestão dos agentes citados.

Quando empresas concessionárias de serviços públicos, como a Ciclus, geram impactos ao ambiente e à saúde pública, mesmo tendo sido contratadas para defender a qualidade ambiental através de sua tecnologia, fica clara a deficiência da regulação dos órgãos públicos responsáveis por exercer tal mecanismo.

A hipótese balizadora dessa discussão é que “projetos políticos de modernização, sem a devida fiscalização, contrariam as normas jurídicas que garantem a qualidade de vida ambiental como componente de cidadania nas comunidades”.

Os procedimentos metodológicos que orientaram a construção fundamentaram-se em 3 etapas:

1. Revisão bibliográfica sobre os temas: ‘políticas públicas’, ‘planejamento e gestão urbanos’, ‘políticas industriais brasileiras’, ‘reformas urbanas do estado do Rio de Janeiro’, ‘políticas de gerenciamento de resíduos sólidos’, ‘poder político’, ‘cultura política e participação’, ‘movimentos sociais urbanos’, ‘justiça ambiental’, ‘território e processo saúde-doença’, ‘disposição irregular de resíduos sólidos’, ‘qualidade de vida’, ‘violência urbana’, ‘município como poder local’;
2. Análise documental em dispositivos jurídicos e legislações: ‘Constituição Federal Brasileira (CF, 1988)’, ‘Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010)’, ‘Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS, 2011)’; ‘Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos da Cidade do Rio de Janeiro (PMGIRS)’, ‘Plano Diretor de Desenvolvimento sustentável do município do Rio de Janeiro’; ‘Normas Técnicas ABNT (NBRs)’; ‘Inquérito Civil Público sobre a questão da ETR Ciclus na região’;
3. Levantamento empírico: foi feita coleta de dados, a partir da aplicação de questionário fechado a alguns moradores do bairro, sobre a percepção deles

sobre a presença de aspectos de qualidade de vida no bairro e o poder de participação diante da atuação da ETR Ciclus.

Os principais interlocutores utilizados nessa discussão são: (1) Fonseca (2010) discute o modelo industrial sob o governo de Getúlio Vargas que buscou, através do processo de substituição de importações, que a economia brasileira se desenvolvesse sobre o setor industrial; (2) Penalva Santos (2003) apresenta o momento da ‘Reforma urbana de 1960’, que se iniciou com o advento do ‘Estado da Guanabara’, logo após o Rio de Janeiro ter perdido a condição de capital federal. Nesse período, houve grandes investimentos, obras infraestruturais e a busca por tornar a cidade espacial e economicamente atrativa para o estabelecimento das indústrias, posição, até então, privilegiada em São Paulo; (3) Damas (2008) discute a importância dos distritos industriais como políticas que redefiniram o espaço econômico e industrial do Rio de Janeiro no período do Estado da Guanabara (1960-1975); (4) Gohn (1997) apresenta as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais urbanos, notadamente a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, quando foi dada ênfase às instituições democráticas; (5) Baquero (2003) evidencia que a democracia representativa, contudo, não consegue trazer o cidadão para a esfera política de participação quando a política é conduzida de forma ‘autoritária’, trazendo consigo os aspectos clientelistas e patrimonialistas, reduzindo a democracia a um processo técnico que privilegia como sujeito da gestão, técnicos e políticos profissionais; (6) Souza (1999) aponta as principais causas da queda dos ativismos de bairro; (7) Souza Jesus e Lins (2011) apontam, a partir da queda dos ativismos de bairro, o surgimento do ‘movimento não organizado de moradores e vizinhos’ como meio de expor suas demandas de acesso a serviços mais básicos, diferente do caráter burocrático da ‘associação de moradores’; (8) A discussão de Foucault (1975 [1997]) é utilizada nesse trabalho com o objetivo de estabelecer uma analogia com a obra do autor sobre a prisão física. Recorremos à obra para afirmar que os poderes aos quais os corpos estão presos no bairro de Honório Gurgel, dentre eles o poder político, submete o corpo a estratégias como cooptação, a falta de diálogo entre Estado e população. A falta de cultura política e a dificuldade de acesso a políticas públicas de qualidade resultam em processos de cooptação e fragilidade nas lutas sociais do local, resultando em indivíduos como corpos

dóceis. Assim, no bairro em foco, corpos dóceis são sinônimos de corpos doentes; (9) Souza (2003) discute a importância do exercício da autonomia como o controle democrático utilizado pelos cidadãos para ausentar, ao máximo, da sociedade situações de opressão. Além disso, a autonomia é o exercício da liberdade para se proteger de ações nocivas de outros atores, sendo o inverso da heteronomia, que encontramos na sociedade atual, onde um discurso não formulado pelos cidadãos governados define a sua realidade e o seu desejo (CASTORIADIS, 1982).

A partir dos procedimentos realizados foi possível o desenvolvimento da discussão em três capítulos, onde a primeira seção apresenta o contexto histórico que tornou Honório Gurgel um bairro industrial e as políticas atuais de modernização sobre resíduos sólidos, a fim de compreender a materialização da ETR na região.

O segundo capítulo discute a conformação sociopolítica, relacionada aos ativismos e grupos de resistência no bairro, através da observação de manobras que reforçam a resignação frente à resistência, culminando em degradação ambiental e prejuízos à saúde.

A terceira parte evidencia a discussão empírica, a partir do levantamento de campo sobre a percepção dos moradores a respeito da própria qualidade de vida em relação ao empreendimento. Esse capítulo busca, através da exposição dos moradores sobre os requisitos de qualidade de vida e participação, perceber o grau de poder político que a população tem de fato para exercer autonomia no bairro.